

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
AQUISIÇÃO CONTINUADA DE DIVERSOS TIPOS DE GASES
Processo Administrativo nº 23079.014240/2019-00

1. OBJETO

1.1. Aquisição continuada de diversos tipos gases, visando atender às necessidades de Unidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | IDENTIFICAÇÃO CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL | UNIDADE DEMAN- DANTE | QUANTIDADE TOTAL ANUAL POR UNIDADE DEMANDANTE | QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL ANUAL | VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL ANUAL |
|----------|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|--|----------------------------|--|---------------------------------------|--|
| 1 | Hélio gás pureza 5.0 ou maior | BR0374983 | M³ | R\$ 129,09 | CENABIO | 34 | 548 | R\$ 70.741,32 |
| | | | | | HUCFF | 68 | | |
| | | | | | IF | 135 | | |
| | | | | | IPPN | 51 | | |
| | | | | | IQ | 90 | | |
| | | | | | PRODBIO Macaé | 20 | | |
| | | | | | UMAA | 103 | | |
| | | | | | FF | 47 | | |
| 2 | Hélio líquido | BR0392725 | Litro | R\$ 122,01 | CEMBIO/ IBCCF | 500 | 17950 | R\$ 2.190.079,50 |
| | | | | | CENABIO | 6000 | | |
| | | | | | HUCFF | 1000 | | |
| | | | | | IF | 8500 | | |
| | | | | | IMA | 300 | | |
| | | | | | IPPN | 400 | | |
| | | | | | IQ | 1250 | | |
| 3 | Nitrogênio líquido | BR 0376256 | M³ | R\$ 18,50 | NUEPEM- Macaé | 2100 (Dewars) | 2100 | R\$ 38.850,00 |

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data a ser indicada no Termo de Contrato, prorrogável na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos mesmos moldes de serviço continuado.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A aquisição continuada de gases visa suprir as necessidades da comunidade da UFRJ, no que tange o ensino, a pesquisa e a extensão.
- 2.2.** Os laboratórios atendidos são laboratórios de pesquisa e ensino, que beneficiam usuários de diversos grupos de pesquisa e institutos ou serviços gerais multiusuários que impactam toda pesquisa da universidade bem como atividades didáticas e de extensão.
- 2.3.** O uso de hélio líquido é feito de forma contínua pelos Laboratórios Multiusuários de Ressonância Magnética Nuclear, incluindo também o equipamento de Ressonância do HUCFF e não pode ser interrompido de forma alguma (sendo imprescindível a continuação de seu fornecimento).
- 2.4.** Outros laboratórios também dependem de gases para o andamento das pesquisas, como os laboratórios da física, que dependem de hélio líquido e dos grupos de Biologia Celular, que dependem de nitrogênio líquido para manutenção e estocagem das células.
- 2.5.** A falta de hélio líquido leva à perda do campo magnético dos equipamentos de ressonância e o custo para sua recuperação é de milhares de dólares, quando isto é possível.
- 2.6.** A interrupção no fornecimento de gases pode causar irrecuperáveis prejuízos na prestação de alguns serviços essenciais e no funcionamento dos laboratórios, levando a grandes perdas acadêmicas do ensino de graduação e no atendimento à saúde (no caso do HUCFF), com o atraso nas pesquisas de vários grupos, já que estes laboratórios atendem a vários programas de pós-graduação da UFRJ.
- 2.7.** Os quantitativos estimados para cada item estão baseados no histórico de consumo dos últimos anos, por meio do acompanhamento da execução dos contratos 40/2017 e 39/2018 e, conforme reunião da Comissão de Gases realizada em 11 de junho de 2019, foi feito um esforço por parte de todas as unidades contempladas, no sentido de ajustar o consumo ao contingenciamento do orçamento vigente.
- 2.8.** Quanto ao parcelamento do objeto, conforme experiência no histórico de contratações, o parcelamento por item, por tipo de gás ou líquido, condiz com a melhor estratégia de gestão do contrato, sendo inviável o parcelamento por unidade acadêmica ou por laboratório.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1.** A aquisição continuada de gases enquadra-se na classificação de objeto comum, os termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1.** O prazo de entrega é de 48 (quarenta e oito) horas para nitrogênio líquido e de até 10 (dez) dias para hélio líquido e gasoso, contados da data de solicitação, em remessa (única ou parcelada), conforme solicitado pela unidade, no endereço correspondente da unidade, conforme especificado na tabela abaixo.
- 4.2.** O fornecimento será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3.** O fornecimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de solicitação enviada pela unidade, devendo ser substituído no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. O fornecimento será recebido definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4.2. Na hipótese de serem detectadas, pelo solicitante, diferenças a menor entre o quantitativo fornecido e o solicitado, a contratada deverá emitir nota fiscal condizente com o quantitativo efetivamente fornecido e providenciar, com a máxima urgência, o fornecimento do quantitativo restante, em comum acordo com as necessidades do solicitante.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

| UNIDADE | ENDEREÇO | RESPONSÁVEL/TELEFONE |
|---|---|---|
| CENTRO NACIONAL DE BIOLOGIA ESTRUTURAL E BIOIMAGEM – CENABIO/CCS | Edifício do Centro de Ciências da Saúde -Bloco K – Anexo (Centro Nacional de Ressonância Magnética Nuclear) – Cidade Universitária – RJ | Fábio C. L. Almeida falmeida@bioqmed.ufrj.br Tel.: (21) 3938-5558 |
| HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO – HUCFF | Rua Rodolpho Paulo Rocco, 255 - Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ | Anselmo Barbosa Tels.: (21) 3938-2777 / 3938-2397 |
| INSTITUTO DE FÍSICA – IF | Edifício do Centro de Tecnologia – Bloco A – 4º andar – Cidade Universitária - RJ | Angelo Gomes, Luiz Carlos, Ricardo Soares Tels.: (21) 3938-7664 / 2562-7666 |
| | Novo endereço a partir de junho de 2020 Av. Horácio Macedo, S/N - em frente ao Nº 1281 (LADETEC) Cidade Universitária - CEP: 21941-598, Rio de Janeiro, RJ. | |
| INSTITUTO DE PESQUISAS DE PRODUTOS NATURAIS – IPPN | Edifício do Centro de Ciências da Saúde – Bloco H –Lab. LAMAR (H1-28) Cidade Universitária – RJ | Luzineide Tinoco, Camila Mansur ou Francisco de Assis lamar@nppn.ufrj.br Tel.: (21) 3938-6793 R: 215 |
| INSTITUTO DE QUÍMICA – IQ | Av. Athos da Silveira Ramos, 149, Bloco A, sala 608/605 Laboratório de Ressonância Magnética Nuclear – IQ/UFRJ | Carlos Roland Kaiser – Telefone: Tel.: (21) 3938-7736 Roberta Lindolfo da Costa Tel.: (21) 3938-7123 |
| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRODUTOS BIOATIVOS E BIOCÊNCIAS – PPG-PRODBIO – MACAÉ | Rua Alcides da Conceição, nº 159 - Novo Cavaleiros - Macaé, RJ. CEP: 27933-378 | Thiago Barth Tel.: (22) 99729-2781 barththiago@yahoo.com.br Marcos Toledo Tel.: (21) 96412-3921 mvtolodosilva@gmail.com |
| UNIDADE MULTIUSUÁRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS –UMAA | Avenida Carlos Chagas Filho, 373. Centro de Ciências da Saúde, entre os blocos A-F | Coord. Geral Prof. Dr. Vinicius Peruzzi Coord. Técnico Dr. Ricardo Pollery Técnicas Camille Chaves e Rosana Caetano Tel.: (21) 3938-6316 |

| | | |
|--|---|---|
| CENTRO DE ESPECTROMETRIA DE MASSAS DE BIOMOLÉCULAS – CEMBIO/IBCCF | Av. Carlos Chagas Filho , s/n, Centro de Ciências da Saúde , Bloco C sala 41 -1º andar, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-902 | Ronaldo Mohana Borges cembio@biof.ufrj.br Tel.: (21) 3938-6511 |
| INSTITUTO DE MACROMOLÉCULAS – IMA | Edifício do Instituto de Macromoléculas – Bloco J – Centro de Tecnologia – Cidade Universitária – RJ | Eduardo Miguez ou André Santos Tels.: (21) 3938-8260 / 3938-8270 |
| Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade - NUPEM | Av. São José Barreto, 764 - São José do Barreto, Macaé - RJ, 27965-045 | Cintia Monteiro, Jackson Menezes Tel.: (22) 2141-3976 |
| Faculdade de Farmácia Central Analítica do DPNA (Departamento de Produtos Naturais e Alimentos) | Avenida Carlos Chagas Filho, 373. Centro de Ciências da Saúde - Bloco A, 2º andar, sala 32. | Suzana Guimarães Leitão sgleitao@gmail.com Tel.: (21) 3938-6413 Aline de Soares da Silva centraldpna@gmail.com Tel.: (21) 3938-6422 |

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- 6.1.1.1.** o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;
- 6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 6.1.7.** utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos fornecimentos a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.1.8.** apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 6.1.9.** apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do fornecimento;
- 6.1.10.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.1.11.** responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 6.2.** Os cilindros utilizados no fornecimento dos gases serão através de sistema de permuta;
- 6.3.** Fornecer para o NUPEM o nitrogênio líquido em dewars conforme solicitado pela contratante.
- 6.4.** Efetuar o fornecimento nitrogênio líquido no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação feita pela unidade demandante.
- 6.5.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- 6.6.** Atender aos pedidos de fornecimento realizados, somente, pelos Fiscais designados pela Administração Central da UFRJ.
- 6.7.** Os pedidos realizados por pessoas que não foram designadas pela Administração não serão de responsabilidade desta Universidade.

7. SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação

original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do fornecimento e do contrato.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

9.4. A verificação da adequação da prestação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução do fornecimento deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 10.3.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

12.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

12.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

12.2.2. seguro-garantia;

12.2.3. fiança bancária.

12.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

12.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

12.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada.

12.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 56, §4º da Lei nº 8666/93.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.4, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.299.670,82 (dois milhões, duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e setenta reais e oitenta e dois centavos), conforme pesquisa de preços de mercado realizada pela Divisão de Contratos/PR-6.

15. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15236/153115

Fonte: 8100

Programa de Trabalho Resumido: 108355

Elemento de Despesa: 339030

PI: V0000G01GSN

15.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correção à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2020.

Luzineide Wanderley Tinoco

Professor -Siape 2142333

Presidente da Comissão de Apoio aos Procedimentos Licitatórios de Gases

Aprovo o Termo de Referência.

Em ____ de _____ de 2020.

André Esteves da Silva

Pró-Reitor de Gestão e Governança – PR-6